

PORTUGAL E A FRANÇA NA DÉCADA DE 1960 A QUESTÃO COLONIAL E O APOIO INTERNACIONAL

Daniel Marcos

Quando, em Outubro de 1960, o ministro dos Negócios Estrangeiros português, Marcello Mathias, se deslocou em visita oficial à capital francesa, ia fundamentalmente com o objectivo de conquistar, definitivamente, o apoio daquele país aliado em relação à política colonial portuguesa. Durante a estada em Paris, o embaixador português foi recebido no Palácio do Eliseu pelo general Charles de Gaulle, Presidente da República francesa desde finais de 1958. Nessa reunião, Mathias desenhou, em traços gerais, o quadro da situação de Portugal no mundo, centrando-se, particularmente, nos desenvolvimentos políticos que ocorriam em África e sublinhando as ameaças que daí podiam advir para a política ultramarina portuguesa. O ministro dos Negócios Estrangeiros português informou o Presidente francês que Portugal não aceitaria, a «nenhum preço», que alguma parcela dos seus territórios em África saísse da sua soberania. «Perecer por perecer, Portugal prefere que seja com honra», reforçou o embaixador. De Gaulle escutou atentamente Mathias, demonstrando partilhar das mesmas preocupações, declarando que a França não faria «jamais alguma coisa que pudesse prejudicar» Portugal ou a «concepção» que este país decidisse para a evolução dos seus territórios coloniais¹. De facto, nos anos seguintes, nomeadamente até à demissão do general De Gaulle em 1969, a França manteve-se como uma das mais valiosas aliadas do Governo português, conciliando os seus interesses com os do Estado Novo, principalmente em relação às questões africanas.

De uma forma sucinta, podemos afirmar que a parceria luso-francesa durante a década de 1960 se destacou principalmente de duas formas. Em primeiro lugar, na ONU, palco de vários ataques contra a política colonial portuguesa e onde o governo salazarista travou duras batalhas contra os países do bloco soviético e afro-asiático. Em segundo lugar, no âmbito da cooperação militar, nomeadamente, nos fornecimentos de material de guerra para as Forças Armadas portuguesas, uma vez que o início do esforço de guerra em África exigiu que estas se preparassem para um novo tipo de guerra: a luta anti-subversiva².

Assim, o presente artigo tem como objectivo analisar as relações luso-francesas entre 1958 e 1968 não deixando de apontar as condicionantes internacionais que levaram ao

reforço das relações entre Lisboa e Paris no início da década de 1960. Procuraremos, portanto, mostrar as razões que levaram Portugal a abdicar, parcialmente, da sua proximidade aos países atlânticos (Reino Unido e Estados Unidos da América) e a investir na aliança com um país fortemente empenhado nas questões europeias³.

O CONTEXTO INTERNACIONAL E A APROXIMAÇÃO LUSO-FRANCESA NO PÓS-GUERRA

Com o fim do conflito mundial em 1945, a balança de poder mundial alterou-se. O papel preponderante, na cena internacional, que o Reino Unido e outras potências europeias tinham desempenhado até aí foi substituído pela concorrência entre duas superpotências antagónicas: os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A competição ideológica, nuclear e geopolítica entre estes dois países agravou-se, sobretudo, no final da década de 1940, terminando apenas em 1989, com a queda do Muro de Berlim. Durante este período, o receio de um conflito nuclear pairou sobre o mundo, ao mesmo tempo que as duas potências hegemónicas concorriam no sentido de alargar as suas zonas de influência. Dois elementos condicionaram a participação portuguesa na Guerra Fria. Por um lado, a partir de meados dos anos de 1950, África passou a ser um dos centros de disputa das superpotências, o que afectou as colónias portuguesas. Por outro lado, a localização estratégica do arquipélago dos Açores condicionou o papel de Portugal na cena internacional.

No final da II Guerra Mundial, Portugal teve necessidade de se reajustar em função do novo contexto internacional. Essa adaptação, apesar de bem sucedida, contou com a relutância do chefe do Governo português, que não via com bons olhos a passagem do poder atlântico da Inglaterra para os EUA⁴. De uma forma sucinta, pode-se apontar quatro factores que originaram este reajustamento. Em primeiro lugar, o facto de os EUA passarem a ser a potência atlântica fez com que a Aliança Luso-Britânica perdesse a sua utilidade, obrigando Portugal a renegociar uma coligação com o novo poder atlântico, que tinha a sua face mais visível através da cedência da Base das Lajes às Forças Armadas norte-americanas; em segundo lugar, o enfraquecimento dos estados da Europa Central e a sua incapacidade de defesa face à União Soviética fizeram que se receasse a expansão do comunismo por toda a Europa; já um terceiro ponto a realçar prende-se com as vitórias do liberalismo e da democracia no Ocidente, situação que colocava a ditadura portuguesa à margem do sistema internacional, como se pode constatar pela recusa da admissão de Portugal na ONU; por fim, o início do processo descolonizador na Ásia, com o seu consequente alastramento para o continente africano, trouxe bastantes inconvenientes e dificuldades para o regime português⁵.

Ora, foi em relação a este último ponto que as dificuldades da inserção portuguesa no plano internacional se tornaram mais óbvias. A importância dada pelo governo salazarista ao império colonial fez que este recusasse o movimento descolonizador, resistindo-lhe mesmo com a força das armas. Sobretudo a partir de 1955, com a admissão de Portugal na ONU, a política colonial portuguesa começou a ser fortemente questionada pela comuni-

dade internacional e o regime português deparou-se com críticas, que foram aumentando de intensidade por parte de alguns dos seus aliados na NATO. A recusa de Portugal em aceitar a descolonização e a decisão de defender militarmente as suas colónias levou a que se desse uma verdadeira inversão de alianças, como descreveu o historiador António Telo⁶. Na verdade, a nova política norte-americana para com África, delineada a seguir à crise do Suez e favorável a uma saída das potências europeias deste continente, fez que as relações luso-americanas atravessassem um período de grande tensão.

A pressão norte-americana levou a que o Governo português dificultasse a renovação do Acordo dos Açores, situação que se prolongou de 1962 até 1971 e que acabou por causar um relativo afastamento de Portugal em relação aos EUA. Assim, Portugal distanciou-se das potências atlânticas (EUA e Inglaterra) e aproximou-se das potências continentais (França e RFA), já refeitas, económica e politicamente, da destruição provocada pela II Guerra Mundial. Com esta aproximação, Portugal procurou colmatar a falta de apoio político e militar que até então havia sido prestado pelos EUA e pela NATO, virando costas à sua tradição atlântica e abraçando uma vertente europeísta. É neste contexto que se devem entender as relações luso-francesas durante a década de 60 do século XX.

Entre 1958 e 1968, podemos dizer que as relações luso-francesas têm dois momentos distintos. Numa primeira fase, na transição da IV para a V República francesa, era evidente uma solidariedade ideológica entre os governos destes dois países. De facto, as relações entre Portugal e França, nos últimos anos da IV República, caracterizavam-se, no mínimo, por uma relação estável, demonstradora de um certo nível de cumplicidade entre os dois estados. O motivo para esse tipo de relação devia-se principalmente à posição de ambos os países no que tocava à questão africana e à descolonização. Tal como Portugal, também a França era vítima de fortes ataques na ONU pelas suas tomadas de posição «imperialistas», nomeadamente na Argélia⁷. Esta situação fomentou o isolamento internacional da França levando a que este país sofresse várias críticas e pressões por parte de países aliados, nomeadamente os EUA e o Reino Unido, que defendiam o fim das hostilidades e o direito à autodeterminação do povo argelino. Como reconheceu Guy Mollet, Presidente do Conselho francês de 1956 a 1957, a França era «frequentemente ofendida e prejudicada pela incompreensão que encontra perto de nações livres e democráticas». O chefe do Governo francês acreditava que se a ONU defendia a «não ingerência nos assuntos internos dos estados», então deveria parar de pressionar a França⁸. Ora, este foi um dos argumentos utilizados pelo Governo português quando começou a ser repetidamente criticado pela sua política colonial.

Já num segundo momento, com a decisão do governo de De Gaulle pela independência da Argélia e das restantes colónias africanas, deu-se, surpreendentemente, um grande progresso nas relações entre Portugal e a França. Ainda que possa parecer estranho, esta

TAL COMO PORTUGAL, TAMBÉM A FRANÇA ERA
VÍTIMA DE FORTES ATAQUES NA ONU PELAS SUAS
TOMADAS DE POSIÇÃO «IMPERIALISTAS»,
NOMEADAMENTE NA ARGÉLIA.

atitude do Governo francês tornou-se de grande utilidade para Portugal. Apesar de as políticas coloniais destes dois estados deixarem de convergir, o facto de a França ter adoptado uma política descolonizadora que passou por uma solução quase sempre rápida e pacífica, granjeou-lhe o reconhecimento por parte dos novos estados africanos. Este reconhecimento transformou-se numa vantagem preciosa para o regime salazarista uma vez que permitiu a pressão da França a favor de Portugal junto dos estados africanos.

Duas razões podem ser apontadas para tal atitude paradoxal. No fundo, o que Charles de Gaulle pretendia era utilizar a questão portuguesa como um dos instrumentos ao dispor da França rumo à *Grandeur*, isto é, a independência da política externa francesa face aos dois blocos em disputa, reforçando o papel desta nação na Europa. O Portugal de princípios da década de 1960 era um Estado fortemente atacado na ONU e o pensamento do seu líder, Oliveira Salazar, questionava grandemente o papel desta organização internacional saída dos Acordos de São Francisco. Também para De Gaulle, o conservadorismo ideológico e o realismo que caracterizavam a sua política externa levavam-no a desacreditar a ONU e o seu equilíbrio⁹. Por outro lado, De Gaulle aproveitou o facto de a teimosia portuguesa em permanecer em África criar inimizades entre o Governo português e a Administração Kennedy. Na verdade, o Presidente da República Francesa viu aqui a ocasião ideal para afrontar o poder norte-americano, acusando-o de falta de solidariedade para com os aliados europeus, ao mesmo tempo que procurava dificultar o aumento da influência americana no continente africano, zona que a França considerava como de sua influência¹⁰. Foi neste contexto que evoluíram as relações entre os governos francês e português durante os restantes oito anos que constituem o nosso período de estudo.

DA DESCOLONIZAÇÃO DAS COLÓNIAS FRANCESAS AOS ATAQUES DE PORTUGAL NA ONU

A crise do regime parlamentar francês e a subida ao poder do general De Gaulle vieram refrear um pouco as relações luso-francesas devido à atitude ambígua do Governo francês. Se, por um lado, a imagem autoritária de De Gaulle era vista como um bálsamo para um país aniquilado pela desordem, os ventos descolonizadores que o estadista sugeria levantaram grandes reservas junto do Governo português¹¹.

Ainda antes do discurso de De Gaulle de 16 de Setembro de 1959, em que o Chefe de Estado francês determinou a «ruptura definitiva» com os activistas da Argélia francesa¹², reconhecendo o direito à autodeterminação daquela colónia africana, já o embaixador português Alberto Franco Nogueira, na preparação da Assembleia Geral das Nações Unidas, realçava que, do ponto de vista político, a evolução nos territórios dos países aliados de Portugal tinha-se feito num sentido pouco «propício». A França era um desses países, uma vez que concedera «autonomia interna a todo o seu ultramar» podendo conhecer uma «dificuldade progressiva», pelo embaraço que isso lhe podia causar a nível interno, em apoiar a posição portuguesa, que era «tomada como sendo a negação de tudo quanto o Governo francês tem realizado»¹³. Através da constituição da Comunidade Francesa, órgão que acabou por servir como fórmula de transição pacífica para a independência das

colónias francesas em África, a França conduziu a descolonização permitindo-lhe manter laços de união e boa relação com os antigos «departamentos» e evitando que este país tornasse a cair nos mesmos erros cometidos na Indochina e na Argélia¹⁴.

Para o Governo português, a criação da Comunidade Francesa foi sempre vista como uma fórmula «mágica [...] para ligar – ou desligar – os territórios franceses no continente africano»¹⁵. Com esta decisão francesa, as autoridades portuguesas imaginaram-se sozinhas na defesa da manutenção europeia em África, ao mesmo tempo que estava aberto o caminho para que estes novos estados caíssem no tumulto e na influência soviética. Tal como dizia o embaixador português na capital francesa, António de Faria¹⁶,

«é certo que os acontecimentos do Congo Belga têm dado pretexto a uma comparação elogiosa para a França, cujos métodos na preparação da Comunidade lhe evitaram a situação trágica em que se debate o Estado vizinho. Mas, alguns factos podem fazer reear que a evolução dessa Comunidade, nascida num ambiente de euforia e sob os auspícios de um homem com o prestígio e uma força de vontade incontestáveis (como são as do General de Gaulle), possa desenvolver-se sem atritos num Mundo perturbado por tantas agitações»¹⁷.

Apenas com a visita do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal a Paris, em Outubro de 1960, os receios portugueses se desvaneceram. Numa altura em que se ante-
via o agravamento da situação portuguesa nas organizações internacionais¹⁸, Marcello Mathias conseguia garantir, junto dos governantes franceses, a solidariedade em relação às dificuldades portuguesas que se desenhavam nas colónias e na ONU. As garantias dadas por Charles de Gaulle ao ministro português dos Negócios Estrangeiros, de que nunca faria «nada que pudesse prejudicar Portugal» em relação à sua política colonial e a comprovação dessas mesmas garantias através do apoio francês a Portugal na ONU, solidificaram a relação entre estes dois países.

Após o início da Guerra Colonial, a «França tornou-se um dos baluartes de apoio da diplomacia portuguesa na ONU, palco de violentas batalhas contra a política colonial portuguesa, e na cena internacional em geral»¹⁹. Com o afastamento político que se sentiu entre Portugal e os EUA desde 1960, devido aos diferentes pontos de vista entre os seus governos no que dizia respeito à política colonial portuguesa²⁰, coube à França o papel de principal aliado português no Conselho de Segurança²¹.

É principalmente através da análise das relações entre Portugal e a França nos anos de 1961 e 1963 que podemos compreender isto. Estes dois anos foram caracterizados por um forte conjunto de ataques à política colonial portuguesa traduzidos na adopção de moções contra Portugal. Em ambos os anos, a França colaborou naquilo que o historiador Fernando Rosas descreveu como sendo a estratégia portuguesa de resistência nas

COM O AFASTAMENTO POLÍTICO QUE SE SENTIU
ENTRE PORTUGAL E OS EUA DESDE 1960,
COUBE À FRANÇA O PAPEL DE PRINCIPAL ALIADO
PORTUGUÊS NO CONSELHO DE SEGURANÇA.

Nações Unidas: a defesa «em torno de aspectos processuais bloqueadores da adopção de resoluções de fundo adversas» por parte dos organismos da ONU²².

Em 1961, por exemplo, aquando da discussão de uma moção contra Portugal apresentada pela Libéria, em Março, o representante francês na ONU, Armand Bérard, justificou a abstenção da França fazendo «ressalvas de carácter jurídico» sobre a «competência» do Conselho de Segurança para ajuizar acerca da situação em Angola. Para o representante francês, «os tristes conflitos que se produziram entre diversos elementos da população de Angola», não eram de natureza a provocar um diferendo internacional. Desta forma, concluía, a delegação gaulesa considerava que o Conselho de Segurança se devia «abster de intervenções que não estão, indiscutivelmente, dentro das suas atribuições, [...] acalmando as paixões» que se estavam a gerar em torno da questão de Angola²³. No fundo, a França, ainda que defendesse o direito dos povos à autodeterminação, assumiu uma posição de «dúvida [...] sobre a legitimidade duma intervenção das Nações Unidas» num caso como o de Angola²⁴. Como se percebe, a França usou o mesmo argumento que o Governo português: o conflito em Angola era uma questão de política interna.

Também em 1963 a França voltou a colaborar na defesa do regime português na ONU. Durante este ano foram várias as questões que opuseram o Governo português a vários estados africanos, tendo as críticas desembocado, uma vez mais, na adopção de resoluções do Conselho de Segurança contra Portugal. De tudo isto, podemos denotar que a situação internacional de Portugal não deixava de piorar, não correspondendo, no entanto, a um abandono do apoio político da França a Portugal.

Por exemplo, na queixa apresentada pelo Senegal contra Portugal, por invasão do território senegalês e que deu origem à aprovação da Resolução S/5293, a diplomacia francesa tudo fez para evitar mais graves repercussões contra o governo salazarista. De facto, o Governo francês desenvolveu «uma constante acção moderadora» com o intuito de demover o Senegal de levar a questão ao Conselho de Segurança. A prioridade francesa era evitar «sanções contra Portugal» ou a «criação de uma comissão de inquérito» que pudesse «escapar completamente ao controlo» das potências ocidentais. Esta argumentação da diplomacia francesa era apoiada por De Gaulle que, em Conselho de Ministros, chegou a afirmar: «nós não podemos, só porque o Senegal quer levantar a sua plumagem, provocar riscos a Portugal, que é nosso amigo e aliado.» Logo, ao não poder colocar-se na posição portuguesa de «negar formalmente a existência do incidente» invocado pelo Senegal, a França conseguiu uma moção moderada contra Portugal que, na opinião de Marcello Mathias, «embora não corresponda ao que Portugal desejaria», evitou «todas as graves consequências que comunistas e afro-asiáticos tinham em vista»²⁵. Efectivamente, a posição francesa procurou «sublinhar que o incidente não havia provocado nem vítimas nem estragos materiais de importância e que não teve o objectivo de comprometer a paz». Igualmente, defendeu que tais acontecimentos não se podiam «atribuir a uma intenção deliberada de Portugal mas sim a um erro que a traça da fronteira e a configuração das linhas torna explicável»²⁶.

Torna-se, portanto, indiscutível que o apoio francês a Portugal serviu os interesses de ambos os estados. Se, para Portugal, o apoio francês era a prova de que nem todos os seus aliados o abandonaram, para a França, a questão de Angola ajudou à sua autonomização em relação à política externa norte-americana²⁷. Numa carta de Marcello Mathias para Salazar esta conclusão torna-se evidente. Segundo o embaixador de Portugal em Paris²⁸, «o desprezo, o azedume que ele [Charles de Gaulle] tem pelos norte-americanos é profundo; e estou convencido de que, entre os argumentos que eu usei junto dele para o levar a apoiar Portugal, fornecer-nos aviões, munições, armas e apoio político na ONU, um dos mais convincentes foi mostrar-lhe que a eventual expulsão de Portugal de Angola só poderia na prática corresponder à instalação dos norte-americanos naqueles territórios...»²⁹.

No entanto, à medida que a pressão internacional sobre Portugal se acentuava, o apoio francês à política salazarista começava a provocar um «evidente desconforto interno» em França³⁰. Como relatava o embaixador português em Paris, muitos dos conselheiros e colaboradores do general De Gaulle não viam «justificação» no apoio que aquele país dava ao regime português, parecendo-lhes que tais medidas acabavam por «contradizer a própria política geral da França em África», não adicionando «o menor benefício» para esta potência europeia. Uma vez mais, Mathias garantia que a explicação para tal atitude se prendia com os objectivos do Presidente francês. Para o embaixador portu-

guês, «se no Poder não estivesse um homem com o temperamento difícil de De Gaulle, há muito que a França já nos teria abandonado». Com esta frase marcante, Mathias dava a entender que o Governo francês sofria «grandes pressões», por parte dos «países afro-asiáticos, comunistas e anglo-saxões», devido à sua política

À MEDIDA QUE A PRESSÃO INTERNACIONAL
SOBRE PORTUGAL SE ACENTUAVA,
O APOIO FRANCÊS À POLÍTICA SALAZARISTA
COMEÇAVA A PROVOCAR UM
«EVIDENTE DESCONFORTO INTERNO»
EM FRANÇA.

de apoio a Portugal. Dado o «anti-americanismo do General, uma constante íntima da sua maneira de ser», continuava Mathias, o seu «desejo de preservar a nossa África de uma ocupação americana», anexando-lhe a «ideia de uma Europa independente dos grandes blocos», para o qual era necessária a estabilidade da Península Ibérica, justificava «a ajuda deste país e o apoio da fortíssima autoridade e personalidade do General»³¹.

Contudo, a partir de 1962, as divergências entre alguns membros da diplomacia francesa começaram a ser ventiladas, provocando repercussões junto do Governo português. Tais divergências evidenciaram-se, particularmente, através do embaixador de França em Lisboa, que não conseguiu esconder o seu desacordo face à política colonial portuguesa e às repercussões para a política externa francesa. Edmond Beauverger, embaixador de França em Portugal de 1962 a 1964, criticou a «posição obstinadamente estática» seguida pelo Presidente do Conselho português cujas conversas provocavam «pouca surpresa aos seus interlocutores». Para o diplomata francês, era «o isolamento voluntário» em que

Salazar vivia que explicava «boa parte da sua tendência a desenvolver dois ou três temas» sempre iguais. Os temas eram, «a oposição ao comunismo [...] que se conjuga, de resto, com a noção da manutenção da presença ocidental nos países ultramarinos, sobretudo os do continente africano», sendo essa permanência a única forma de «proteger as populações locais contra a propaganda insidiosa dos países de Leste», ao mesmo tempo que lhes faz «beneficiar da mercê da civilização»³².

Ora Beauverger, ainda que involuntariamente, acabou por deixar transparecer, junto do Governo português, uma opinião pouco favorável em relação à política colonial seguida por Lisboa. Numa reunião com Franco Nogueira, em que, como era hábito, o ministro português lhe descrevia a política colonial do seu governo, bem como os últimos acontecimentos passados na ONU, Beauverger deixou passar uma afirmação que pouco abou para as relações franco-portuguesas. Durante esse encontro, na altura em que o ministro português «aludia ao facto de que muitos países africanos» diziam em segredo preferir a política portuguesa à penetração americana ou inglesa em África, o embaixador «desvendou», segundo Franco Nogueira, «o seu pensamento a nosso respeito», dizendo «a rir: «Ah! Alors ce sont les africains qui vous encouragent dans votre immobilisme!» Beauverger apercebeu-se do erro que havia cometido não ocultando «o seu tardio arrependimento»³³.

Esta *gaffe* do embaixador da França em Lisboa deu origem a uma nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros que chegou ao conhecimento de Salazar³⁴. Tudo leva a crer que a breve passagem de Beauverger por Portugal (este embaixador apenas permaneceu dois anos à frente da Embaixada francesa) possa dever-se a tais indiscrições acerca do «imobilismo» da política colonial portuguesa. Apesar de encarregado de negociar o importante acordo para a cedência de facilidades nos Açores (ilha das Flores) para a França, era praticamente insustentável prolongar a permanência em Portugal de um embaixador manifestamente contrário à política do Governo francês para com Portugal. Por outro lado, é também interessante realçar a atitude portuguesa. Estando o Presidente do Conselho e o ministro dos Negócios Estrangeiros portugueses ao corrente da opinião do embaixador francês, não efectuaram quaisquer pressões para a substituição do representante diplomático francês, chegando mesmo a negociar com este um importante acordo militar. Depreende-se pois, a importância que a estabilidade das relações luso-francesas tinha para os governantes portugueses.

Desta forma, podemos ver que o apoio diplomático da França a Portugal não era consensual nesse país. Alguns diplomatas não compreendiam o apoio de De Gaulle em relação a Portugal, vendo nesta política entraves para o aprofundamento da cooperação da França com o Terceiro Mundo, particularmente em África. Tal como alguns investigadores da época escreveram, o Governo francês devia compreender que «as Nações Unidas poderiam ser um instrumento perfeito» para os objectivos franceses em relação aos países do hemisfério Sul³⁵. Contudo, o Presidente francês considerava que «os passos metódicos da diplomacia» eram mais importantes que os «discursos e debates inflama-

dos», ou seja, o trabalho que a diplomacia francesa fazia junto desses países se sobreporia às decisões tomadas no seio da ONU³⁶. A ideia de que as Nações Unidas se haviam tornado «uma arena para os debates oratórios da Guerra Fria» fez que De Gaulle visse em Portugal um parceiro importante para marcar a independência da política externa francesa face aos dois grandes blocos, na ONU³⁷. Em conclusão, depreende-se que o entendimento entre Portugal e França não era completamente natural, levando-nos a concluir que este apoio se ficou a dever, especialmente, à vontade do general francês.

DO APOIO POLÍTICO AO APOIO MILITAR

A atitude tolerante da França em relação à política colonial portuguesa e a dificuldade do regime salazarista em satisfazer as cada vez maiores necessidades militares levaram a que as relações luso-francesas evoluíssem do apoio político para uma forte cooperação militar. Pelo menos desde 1958 Portugal e a França mantinham uma estreita cooperação militar.

A comprovar isto podemos referir a aquisição de cerca de 78 autometralhadores Panhard, incluídas no Protocolo de Recondução do arranjo Comercial Luso-Francês assinado em 29 de Abril de 1958. Posteriormente, em 1960 e 1961, a França contribuiu fortemente para a adaptação da Força Aérea portuguesa às necessidades da luta anti-subversiva, através do fornecimento de aviões de transporte (Nord-Atlas) e de ataque ao solo (T-6 Harvard). Em 1963, começaram a chegar a Portugal os famosos helicópteros Alouette III e os camiões de transporte Berliet.

Contudo, com o princípio da guerra colonial em Angola, o factor político passou igualmente a ser tido em conta. De facto, cada autorização de exportação de material de guerra para Portugal, após Fevereiro de 1961, podia ser encarada como um apoio tácito à política colonial portuguesa. Desta forma, podemos dizer que o sector da vida política francesa ligado às questões da defesa foi o que mais indefectivelmente promoveu a aproximação e a amizade luso-francesa. Dado o perigo de tal apoio a Portugal, tendo em conta os ataques feitos pela generalidade da comunidade internacional, o Governo francês procedeu a pequenas alterações em matéria de exportação de material de guerra para Portugal. Essas instruções foram definidas pelo primeiro-ministro francês Michel Debré e, apesar de tentarem limitar ao máximo os problemas que o «Hexágono» poderia sofrer, nunca chegaram a pôr em causa as boas relações militares entre estes dois países. No fundo, a acção de Debré serviu apenas para regular o que dizia respeito à venda de armas para Portugal e não para diminuir ou anular o comércio de armas luso-francês³⁸.

No entanto, as limitações impostas pelo Governo francês não impediram que Portugal adquirisse em França oito navios de guerra, num grande esforço para a renovação da

A ATITUDE TOLERANTE DA FRANÇA EM RELAÇÃO
À POLÍTICA COLONIAL PORTUGUESA
E A DIFICULDADE DO REGIME SALAZARISTA
EM SATISFAZER AS CADA VEZ MAIORES
NECESSIDADES MILITARES LEVARAM
A QUE AS RELAÇÕES LUSO-FRANCESAS
EVOLUÍSSEM DO APOIO POLÍTICO PARA UMA FORTE
COOPERAÇÃO MILITAR.

Marinha portuguesa. De facto, as negociações para a construção em França de navios de guerra para a Armada portuguesa foram rodeadas de contornos políticos e financeiros muito significativos, com consequências sentidas durante vários anos. A conclusão de tão grande encomenda de material de guerra denota, uma vez mais, o entrosamento político existente entre os governos de De Gaulle e de Salazar, cimentando, devido ao longo prazo de execução do acordo de construção dos navios, as perspectivas de bom relacionamento entre os dois estados.

Desde 1958 que Portugal mostrou interesse em adquirir fragatas, do tipo *Commandant Rivière*, à marinha de guerra francesa³⁹. Contudo, por questões de ordem financeira e política, foi sendo adiada a concretização do projecto até que, em 1963, por necessidades logísticas portuguesas (o estado das fragatas portuguesas estava a deteriorar-se), as conversações entraram numa fase decisiva. Já em 1964, as relações luso-francesas tiveram outro momento de grande importância. Devido ao desenvolvimento do programa nuclear francês, o governo de De Gaulle teve a necessidade de solicitar um certo número de facilidades no arquipélago dos Açores que «permitisse proceder, nas melhores condições, à medição de tiro e recuperação de ogivas» no mar dos Açores⁴⁰.

Numa fase inicial, as autoridades portuguesas tentaram evitar que as negociações relativas à construção dos navios fossem afectadas pelo pedido francês, uma vez que o regime salazarista não via a permissão para a instalação dos franceses nos Açores como uma troca material, mas sim como um favor de Portugal. Se, ao princípio, tal foi conseguido, a certa altura, foi o próprio Governo português a confundir as questões de forma a alcançar os melhores proveitos possíveis para os seus interesses e objectivos⁴¹.

Desta forma, a diplomacia portuguesa procurou colocar estes dois assuntos sempre num plano eminentemente político. As negociações para a construção de navios em França desenrolaram-se por vários meses, durante os quais os objectivos foram mudando, consoante as necessidades em questão. Era do interesse português conseguir arrancar das autoridades francesas o mais alargado financiamento para a construção das quatro fragatas e dos quatro submarinos. Ora, estes desejos portugueses levantaram fortes reticências por parte da França, não tanto devido ao tipo e à quantidade do material, mas sim por causa do valor da encomenda. Numa altura em que a França implementava uma política restritiva em questões orçamentais, tendo em vista o saneamento das suas contas públicas, as aspirações portuguesas de conseguir um empréstimo do Tesouro francês para a realização da operação eram logo postas de lado⁴². Ainda assim, Portugal conseguiu garantir a totalidade do financiamento através de empresas públicas francesas, com um prazo de pagamento bastante alargado.

Este resultado foi alcançado através de laboriosas negociações conduzidas por Marcello Mathias, nas quais o embaixador português esgrimiou todos os seus trunfos. Numa das muitas reuniões com os diplomatas franceses em que tratavam da construção dos navios em França, Mathias chegou a afirmar que o Governo português desejava concluir este negócio com a França no plano «da continuidade das relações entre Portugal e França»,

país que «com tanta firmeza nos tem ajudado nas nossas actuais dificuldades nas Nações Unidas e fora destas, da mesma forma, aliás, como por nosso lado, tínhamos agido, quando, sem hesitações, apoiámos a França em alguns momentos difíceis que ela ali atravessou». Além do mais, na opinião do embaixador, «certos ódios» para com Portugal tiveram origem nessa atitude de «fidelidade» com que havia apoiado a França. E, uma vez mais, Mathias voltou a referir a célebre frase que De Gaulle lhe havia dito durante a visita oficial que fez a França, como ministro dos Negócios Estrangeiros, frase essa que gostava de repetir, sempre que via os interesses do seu governo estarem a ficar comprometidos, junto dos interlocutores franceses: «La France vous aidera»⁴³.

O papel do embaixador de Portugal em Paris, Marcello Mathias, foi marcante para o sucesso das negociações sobre os acordos de construção dos navios de guerra, uma vez que, sem os seus conhecimentos em terras gaulesas e sem a sua capacidade para mover influências, o engenho negocial de Portugal estaria bastante limitado. Marcello Mathias teve a habilidade para manipular os ministérios franceses de forma a autorizarem a conclusão do negócio com Portugal, lançando o Ministério da Defesa francês, interessado na finalização do Acordo dos Açores e na exportação de material de guerra de origem francesa, contra os ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros franceses, mais cautelosos em relação ao negócio. Já nos derradeiros momentos das negociações e apesar de estas, devido às suas características técnicas, estarem entregues a funcionários especializados, Mathias nunca deixou de interceder, quando de assuntos políticos se tratava, de forma a garantir que Portugal pudesse tirar partido do melhor cenário possível⁴⁴.

A par disto, Portugal tentou ao máximo o adiamento da assinatura dos acordos de concessão de facilidades nos Açores, situação que apenas ficou resolvida algumas semanas após estar garantido o financiamento francês à construção dos navios⁴⁵. De facto, a concessão de facilidades nos Açores ao Governo francês passou por um longo processo negocial. Esta situação deveu-se não tanto à complexidade do problema, mas sim a um compasso de espera estratégico realizado pelo Governo português como garantia para o financiamento da construção dos navios de guerra em França, bem como de outros interesses portugueses. Como afirmava Mathias, a satisfação deste pedido do governo gaullista era, por um lado, uma forma de Portugal retribuir a «amizade e lealdade» com que este governo «tem agido para com Portugal»⁴⁶ e, por outro lado, uma «oportunidade para acautelar e reforçar a defesa dos nossos interesses» nos campos militar e político, visto que a atitude do Governo português perante o pedido francês podia condicionar as «futuras relações» com a França nestes dois campos⁴⁷. No fundo, «esta oportunidade dos Açores» era uma forma de Portugal «encontrar com tacto e simpatia a plataforma que nos assegure uma certa forma de estabilidade tanto no apoio político como militar da França»⁴⁸.

Os objectivos portugueses foram conseguidos uma vez que, com este acordo, Portugal obteve benefícios materiais e políticos mais alargados do que os alcançados com a cons-

trução dos navios de guerra. É neste sentido que se compreende a autorização de venda de material francês a Portugal, proibido desde a passagem pelo governo de Michel Debré. Esta venda tornou-se na «única exceção feita» durante todo o período da guerra colonial aos limites impostos pelo antigo primeiro-ministro⁴⁹.

Por outro lado, Portugal garantiu ainda que o ministro da Defesa francês, Pierre Messmer, se deslocasse a Lisboa na Primavera de 1965, numa viagem aproveitada pelo regime português para divulgar as boas relações com a França. Como afirmava Marcello Mathias, Portugal não podia perder a oportunidade política que representava a visita oficial do ministro da Defesa de França. É que, com essa visita, podiam-se encher as «primeiras páginas dos nossos jornais», dando assim à África e à América a impressão de que «os nossos laços diplomáticos e militares com a França estão estreitíssimos». No fundo, concluía Mathias, o que interessava era passar, «perante a opinião pública portuguesa» e «perante as chancelarias internacionais», a «sugestão da forte amizade existente entre a França e Portugal»⁵⁰.

OS ÚLTIMOS ANOS

Depois de tão notável momento político, como o que se assistiu em 1964 e 1965, compreende-se perfeitamente que nos restantes anos em que estes dois governos se mantiveram no poder, as relações tenham entrado numa fase de estagnação e, até mesmo, de declínio. Até 1968, as relações bilaterais entre Portugal e a França não voltaram a ter momentos apoteóticos como aqueles vividos em 1961 e em 1964 sendo que, apesar de tudo, estes dois estados continuaram a manter um entendimento mútuo e proveitoso. Contudo, nesta segunda metade da década de 60, podemos dizer que as relações entre estes dois aliados se tornaram visivelmente calculistas e não tão voluntaristas como até então. Se a França continuou a dar todo o seu apoio político a Portugal no seio das Nações Unidas foi certo que, muito provavelmente, a adjudicação dos trabalhos da barragem de Cahora Bassa (1968) a um consórcio franco-alemão-sul-africano se deveu ao apoio prestado por estes três países ao regime salazarista. De resto, praticamente nenhuma atitude de monta se registou no contacto entre os dois governos. Ambos os estados tentaram manter o equilíbrio nas suas posições bilaterais, atitude que pautou a postura portuguesa aquando da retirada francesa da estrutura militar do Pacto do Atlântico, promovendo o entendimento e lutando contra a exclusão dos dois países de vários palcos da cena internacional (NATO e ONU)⁵¹.

Uma das principais preocupações do Governo português foi a decadência do governo de De Gaulle, dado que o Governo português via com algum receio que a subida ao poder de outro homem que não o velho general pudesse trazer uma alteração da atitude francesa face à política colonial portuguesa. Com a eleição de Georges Pompidou, Portugal procurou garantir que a França se manteria «fiel» às suas posições anteriores⁵², apesar de tomar consciência de que o apoio francês podia «não durar indefinidamente»⁵³. Por outro lado, a substituição pacífica de Oliveira Salazar por Marcello Caetano em Setem-

bro de 1968, surpreendeu pela positiva a diplomacia francesa, dando-lhe alguma esperança relativamente à alteração da política colonial portuguesa. No entanto, à medida que o tempo foi passando, tornou-se óbvia a manutenção da política externa nacional, levando a que as relações luso-francesas sofressem um arrefecimento acentuado.

CONCLUSÕES

Como Marcello Mathias não hesitou em relembrar ao novo ministro dos Negócios Estrangeiros português, Rui Patrício, alguns dias antes da sua partida de Paris, ao fim de quase vinte e cinco anos à frente dessa Embaixada, Portugal «pôde contar

com o apoio da França para levar a cabo a sua acção em África, de 1960 a 1970, sem embargo da política de descolonização que, por seu lado, De Gaulle praticou e soube conciliar com a orientação oposta seguida» por Portugal⁵⁴. Ao longo deste artigo, procurámos demonstrar que a França foi um dos estados que evitou um mais acentuado isolamento de Portugal durante os últimos anos do Estado Novo, apoiando-o principalmente na sua política ultramarina. Através da análise das relações luso-francesas neste período, compreende-se como é que Portugal conseguiu, tal como o historiador António Telo afirmou, «desempenhar um papel e realizar funções» que estavam «acima da sua força aparente»⁵⁵. Sem o apoio da França teria sido bastante complicado para o regime português resistir da forma como fez à descolonização, transformando-se num dos últimos países europeus a abandonar África. Tanto nos palcos da política internacional como nos meandros das reuniões bilaterais, o regime salazarista viu na França uma importante aliada para a sua política externa e ultramarina numa altura em que o isolamento parecia ser irreversível. Através de escolhas conciliatórias e de interesses comuns, Portugal e França mantiveram uma parceria indispensável para o adiamento do processo de descolonização português e, conseqüentemente, para a sobrevivência do Estado Novo. *RI*

JULHO DE 2006

COM A ELEIÇÃO DE GEORGES POMPIDOU, PORTUGAL PROCUROU GARANTIR QUE A FRANÇA SE MANTERIA «FIEL» ÀS SUAS POSIÇÕES ANTERIORES, APESAR DE TOMAR CONSCIÊNCIA DE QUE O APOIO FRANCÊS PODIA «NÃO DURAR INDEFINIDAMENTE».

- 1** VAÏSSE, Maurice – *Documents Diplomatiques Françaises 1960*. Paris: Imprimerie National, 1996, pp. 457-458.
- 2** Sobre as relações luso-francesas durante o século XX ver MARTINS, António Coimbra – «França». In *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinha, 1999 e JANEIRO, Helena Pinto – *Salazar e Pétain: Relações Luso-Francesas durante a II Guerra Mundial (1940-1944)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.
- 3** Sobre a relação do Estado Novo com o processo de integração europeu ver PINTO, António Costa e TEIXEIRA, Nuno Severiano – *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia, 1945-2000*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2005.
- 4** Cf. TEIXEIRA, Nuno Severiano – «Entre África e a Europa: a política externa portuguesa, 1890-2000». In *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: D. Quixote, 2005 e CASTAÑO, David – *Paternalismo e Cumplicidade: As Relações Luso-Britânicas de 1943 a 1949*. Lisboa: Associação dos Amigos do Arquivo Histórico Diplomático, 2006.
- 5** Cf. TELO, António José – *Portugal e a NATO: Reencontro da Tradição Atlântica*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.
- 6** TELO, António José – «As guerras de África e a mudança nos apoios internacionais de Portugal». In *Revista História das Ideias*, vol. 16, 1994, p. 368.
- 7** BERNSTEIN, Serge – *Histoire du Gaullisme*. Paris: Perrins, 2002, p. 198.
- 8** Política da França na Argélia. IAN/TT – AOS/CO/NE-19.
- 9** VAÏSSE, Maurice – *La Grandeur: Politique étrangère du général de Gaulle 1958-1969*. Paris: Fayard, 1998, 106.
- 10** MARCOS, Daniel – *O Apoio ao Imobilismo: As Relações Políticas entre Portugal e a França (1958-1968)*. Lisboa: Texto policopiado, 2005, pp. 38-43.
- 11** *Ibidem*, pp. 15-19.
- 12** BERNSTEIN, Serge – *Histoire du Gaullisme*, p. 246.
- 13** Apontamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 11 de Março de 1959. IAN/TT – AOS/CO/PC-34.
- 14** VAÏSSE, Maurice – *La Grandeur: Politique étrangère du général de Gaulle 1958-1969*, p. 95.
- 15** Apontamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 26 de Agosto de 1958. IAN/TT – AOS/CO/PC-34.
- 16** Embaixador de Portugal em Paris de 1958 a 1961.
- 17** Ofício n.º 770/491 da Embaixada de Portugal em Paris, 15 de Julho de 1960. AHD – Arquivo da Embaixada de Portugal em Paris/1960.
- 18** Em Dezembro de 1960 a Assembleia Geral das Nações Unidas votou três resoluções que afectavam, particularmente, a política colonial portuguesa. A Resolução 1514 de 14 de Dezembro condenava todas as formas de colonialismo, declarando que todos os povos tinham direito à autodeterminação independentemente dos seus níveis de desenvolvimento político, económico e cultural. A Resolução 1541 de 15 de Dezembro tentava definir exactamente o conceito de território não autónomo. Por fim, a Resolução 1542 do mesmo dia, considerava como território não autónomo todas as colónias portuguesas obrigando, desta forma, a que o Governo português prestasse informações sobre esses territórios. Para mais informações ver SILVA, A. E. Duarte – «O litígio entre Portugal e a ONU». In *Análise Social*, vol. XXX, n.º 130, 1995, pp. 5-50 e MAGALHÃES, José Calvet de – *Portugal e as Nações Unidas: A Questão Colonial (1955-1974)*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1996.
- 19** MARCOS, Daniel – *O Apoio ao Imobilismo: As Relações Políticas entre Portugal e a França (1958-1968)*, pp. 50-55.
- 20** RODRIGUES, Luís Nuno – *Salazar-Kennedy: A Crise de Uma Aliança*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.
- 21** A atitude da França nas Nações Unidas não se explica apenas pelo objectivo de apoiar Portugal. A postura francesa justifica-se, também, pela desconfiança e o descrédito de De Gaulle perante ONU. Para De Gaulle, a ONU era uma instituição internacional que tinha uma Carta que era um «incómodo para toda a gente» e as suas sessões eram caracterizadas pelo Presidente francês como «tumultuosas e escandalosas». Cf. MARCOS, Daniel – *O Apoio ao Imobilismo: As Relações Políticas entre Portugal e a França (1958-1968)*, pp. 41-42.
- 22** ROSAS, Fernando – *O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Circulo de Leitores, 1994, p. 517.
- 23** Telegrama recebido n.º 824 da Delegação da França na ONU, 10 de Março de 1961. AMAE – Afrique-Levante/Angola/Vol. 16.
- 24** Nota do Departamento das Nações Unidas e Organizações Internacionais, 13 de Junho de 1961. AMAE – Afrique-Levante/Angola/Vol. 16.
- 25** Telegrama recebido n.º 80, 25 de Abril de 1963. AHD – Aerogramas e Telegramas Recebidos da Embaixada de Portugal em Paris/1963.
- 26** Telegrama expedido da Direcção dos Assuntos Políticos do Quai d'Orsay, 25 de Abril de 1963. AMAE – Europe/Portugal (1961-1970)/Vol. 123.
- 27** Cf. VAÏSSE, Maurice – *La Grandeur: Politique étrangère du général de Gaulle 1958-1969*, pp. 111-161 e 371-395, e TELO, António José e GÓMEZ, Hipólito de la Torre – *Portugal e Espanha nos Sistemas Internacionais Contemporâneos*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000, p. 130.
- 28** Cargo que ocupou de 1948 a 1971, interrompendo apenas entre 1958 e 1961 para fazer parte de um dos governos de Oliveira Salazar como ministro dos Negócios Estrangeiros.
- 29** Carta de Marcello Mathias a Oliveira Salazar, 16 de Fevereiro de 1963. In PINTO, Maria José Vaz [ed.] – *Correspondência Marcello Mathias/Salazar, 1947/1968*. Lisboa: Difel, 1984, pp. 452-453. Sobre a desconfiança de De Gaulle em relação aos EUA ver a interessante análise de GADDIS, John Lewis – *The Cold War*. Londres: Penguin, 2006, pp. 119-155.
- 30** MARCOS, Daniel – *O Apoio ao Imobilismo: As Relações Políticas entre Portugal e a França (1958-1968)*, pp. 106-112.
- 31** Carta de Marcello Mathias a Oliveira Salazar, 25 de Dezembro de 1963. In PINTO, Maria José Vaz [ed.] – *Correspondência Marcello Mathias/Salazar, 1947/1968*, pp. 484-486.
- 32** Ofício n.º 518/EU da Embaixada de França em Lisboa, 10 de Agosto de 1962. AMAE – Europe/Portugal (1944-1970)/Vol. 117.
- 33** NOGUEIRA, Alberto Franco – *Diálogos Interditos: A Política Externa Portuguesa e a Guerra de África*, vol. I. Braga: Intervenção, 1979, pp. 252-255.
- 34** Apontamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 7 de Agosto de 1963. IAN/TT – AOS/CO/NE-30B.
- 35** KULSKY, W. – *De Gaulle and the World – The foreign policy of the Fifth French Republic*. Nova York: Syracuse University Press, 1966, p. 380.
- 36** Citado por PLANTEY, Alain – «General de Gaulle and the United Nations». In *France and the United Nations*. Boulder: Columbia University Press, 1995, pp. 87-104.
- 37** MURVILLE, Maurice Couve de – «France and the United Nations (1958-1969)». In *France and the United Nations*, pp. 105-108.
- 38** Nota da Direcção dos Assuntos Económicos e Financeiros, 1 de Junho de 1970. AMAE – Europe/Portugal (1961-1970)/Vol. 90.
- 39** O interesse da marinha portuguesa prendia-se com o facto destes navios terem características de habitabilidade indicadas para a actuação em climas tropicais. Cf. CAMPOS, João Falcão de – «Lanchas e navios». In *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001, p. 383.
- 40** Ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros francês para a Embaixada de Portugal em Paris, 23 de Abril de 1963. AHD – DSE Confidencial, M. 9.
- 41** Marcello Mathias procurou sempre colocar a negociação para a construção dos navios no plano da «amizade e da persuasão», recebendo basear os interesses portugueses «em *marchandages* ou pressões».

Para o embaixador português era vital nunca perder de vista que a França era governada por «um homem como de Gaulle». Carta de Marcello Mathias a Oliveira Salazar, 16 de Novembro de 1963. In SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Correspondência Marcello Mathias/Salazar, 1947/1968*. Lisboa: Difel, 1984, pp. 472-475.

⁴² Telegrama n.º 784/789 do Ministério dos Negócios Estrangeiros para a Embaixada de França em Lisboa, 10 de Dezembro de 1963. AMAE – Europe/Portugal [1961/1970]/Vol. 90.

⁴³ Texto de duas comunicações recebidas da Embaixada em Paris, 1964. IAN/TT – AOS/CO/MA-5.

⁴⁴ Para uma análise mais detalhada das negociações, cf. MARCOS, Daniel – *O Apoio ao Imobilismo: As Relações Políticas entre Portugal e a França (1958-1968)*, pp. 117-161.

⁴⁵ O Acordo Luso-Francês relativo ao uso de facilidades nos Açores pela França foi assinado no Palácio das Necessidades no dia 7 de Abril de 1964, pelo embaixador da França em Lisboa, Edmond Beauverger.

⁴⁶ Carta de Marcello Mathias a Oliveira Salazar, 27 de Abril de 1963. In PINTO, Maria José Vaz (ed.) – *Correspondência Marcello Mathias/Salazar, 1947/1968*, pp. 459-460.

⁴⁷ Telegrama recebido n.º 95 da Embaixada de Portugal em Paris, 17 de Maio de 1963. AHD – DSE Confidencial, M. 9.

⁴⁸ Carta de Marcello Mathias a Oliveira Salazar, 26 de Maio de 1963. In PINTO, Maria José Vaz (ed.) – *Correspondência Marcello Mathias/Salazar, 1947/1968*, pp. 465-466.

⁴⁹ Nota, 7 de Dezembro de 1968. AMAE – Europe/Portugal [1961/1970]/Vol. 90.

⁵⁰ Carta de Marcello Mathias a Oliveira Salazar, 6 de Fevereiro de 1965. IAN/TT – AOS/CD-6.

⁵¹ Cf. MARCOS, Daniel – *O Apoio ao Imobilismo: As Relações Políticas entre Portugal e a França (1958-1968)*, pp. 162-178.

⁵² Ofício n.º 1046/EU da Embaixada de França em Lisboa, 21 de Agosto de 1969. AMAE – Europe/Portugal [1961/1970]/Vol. 73.

⁵³ ROSAS, Fernando, e OLIVEIRA, Pedro Aires – *A Transição Falhada, o Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, pp. 315-316.

⁵⁴ Ofício n.º 523/258 da Embaixada de Portugal em Paris, 3 de Abril de 1971. AHD – PEA, M. 685.

⁵⁵ TELÓ, António – *Portugal e Espanha nos Sistemas Internacionais Contemporâneos*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000, p. 15.